

PAISAGEM, LUGAR E MUNDO NO LARGO DA CARIOCA*

Nécio TURRA NETO**

Linha de Pesquisa: Ensino

Nível: Doutorado

É complicado analisar – ou interpretar como eu prefiro – um fragmento da paisagem urbana sem conhecê-lo, pois a apreensão da paisagem ultrapassa o contato visual. Quer dizer, a visão não diz tudo! É preciso ter contato táctil com a paisagem, na medida em que ela é também som, cheiro e movimento.

Por outro lado, um fragmento também não diz tudo sobre si, pois a paisagem é resultado de um complexo conjunto de relações sócio-espaciais, tanto com o contexto espacial que lhe é mais imediato, no caso a cidade, quanto com o contexto mais amplo, que remeteria a interpretação à outras escalas geográficas. Contudo, é possível perceber nas imagens apresentadas abaixo, de forma mais ou menos clara, os contatos que este fragmento estabelece com os contextos acima referidos, assunto ao qual voltarei mais adiante.

O que é possível perceber nas imagens selecionadas é que a paisagem do Largo da Carioca vai progressivamente ganhando uma materialidade que, ao mesmo tempo em que revela as funções e temporalidades presentes em cada período, denuncia as relações de conexão deste “lugar” com o que lhe é externo.

Até 1723, a materialização de um tempo, que deixa de ser o geológico e passa a ser o histórico, na paisagem é, por assim dizer, mais lenta. Entre 1608 e 1723 praticamente não há modificações significativas, a não ser o visível estabelecimento de caminhos que levam do Largo a outros pontos da cidade (ou seria que vêm de outros pontos da cidade para o Largo?).

* Texto da Prova de Conhecimentos elaborada no processo seletivo de junho de 2004 no Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP.

** Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP e Professor Assistente na UNICENTRO – Universidade do Centro – Oeste do Paraná.

É preciso observar que em 1608 aparece na paisagem, como prótese sobre a natureza, como diria Milton Santos (1993), o que parece ser a primeira materialização da paisagem histórica sobre a paisagem natural – dois caminhos: um que liga o Largo à Choupana e outro que liga este caminho à algo/lugar externo ao quadro. Em 1650 aparecem novas construções, uma das quais substituindo a antiga, e os caminhos ganham uma carga maior de materialidade. As estradas são alargadas, o Arroio canalizado, as construções são mais sólidas que a antiga choupana de 1608.

Construções e caminhos, alargados e solidificados, parecem indicar uma “ampliação da vida de relações”... que é progressiva e que culmina, em 1999, à uma vida de relações que atinge a escala global, como pretendo demonstrar – ainda que o Rio de Janeiro, onde se localiza o Largo, sempre tenha sido cenário de relações globais, desde os tempos do Brasil Colônia.

A partir de 1824, acelera-se o processo de criação e, depois, de “destruição criativa”, para usar uma expressão de Harvey, da materialidade da paisagem e, como venho dizendo, acelera-se também a “ampliação da vida de relações” do Largo da Carioca com escalas geográficas cada vez mais ampliadas. A paisagem além do Largo, ao fundo, também ganha materialidade e se articula ao Largo por meio de caminhos cada vez mais sólidos. No Largo a multidão começa a aparecer, carroças indicam movimento de mercadorias...

Se, como diz Milton Santos, a paisagem, assim como o próprio espaço, é a acumulação de tempos, o que faz com que em um determinado período tenhamos diferentes tempos na paisagem, é possível dizer que os elementos novos introduzidos encontram algo já materializado que limita e condiciona sua inserção, pelo menos nos casos em que não há destruição completa da paisagem precedente. No caso do Largo, observa-se que a ampliação da materialidade dos caminhos, entre 1608 e 1723 obedeceu aos traçados primitivos...

Contudo, nas paisagens que vão se sucedendo de 1824 a 1999, quando se evidencia uma aceleração do processo de “destruição criativa”, os antigos padrões e formas vão sendo

paulatinamente transformados, sendo que em 1999 é possível apenas reconhecer o prédio que aparece na imagem de 1650, imerso numa paisagem quase sideral. As paisagens entre 1824 e 1999 são tão diferentes entre si, que se não fosse o auxílio da legenda, indicando local e data, e alguns testemunhos que vão permanecendo entre um período de outro, para no próximo desaparecerem, seria possível dizer que se tratam de lugares completamente diferentes (e poderia perguntar se realmente não o são).

Talvez seja por considerar estes processos que Abreu, ao discutir a memória das cidades argumente que esta memória não pode se limitar aos aspectos presentes na paisagem, sendo necessário recorrer, para sua (re) construção, à depoimentos (memória viva) e à documentos e textos (memória histórica). Isto porque o afã desenvolvimentista que assolou o Brasil, a fê ilimitada no progresso, a idéia de Brasil como “país do futuro”, produziram, nas cidades mais dinâmicas, uma verdadeira substituição do velho pelo novo.

Abreu também considera que a Geografia Urbana Histórica deve ultrapassar a mera reconstituição das paisagens passadas, ainda que este trabalho seja de fundamental importância. Para ele, estudos neste sentido devem considerar também a articulação destas formas às funções que a preencheram em cada período – o contexto histórico que as produziu –, bem como a articulação destas às outras escalas, temporais e espaciais.

Tais considerações remetem as distinções e articulações estabelecidas por Santos entre os termos cidade e urbano, forma e processo, como discurso capaz de permitir a construção de interpretações sobre as mudanças observadas nas imagens e sobre o próprio processo de produção do espaço urbano.

Sposito, na sua análise sobre a obra de Milton Santos, parece concordar com esta idéia. Para a autora, o urbano é o abstrato, é o geral, enquanto a cidade é o particular, o específico. A cidade seria a materialização particularizada do urbano genérico. Assim, poderia perguntar, por exemplo, como o processo de urbanização brasileira ganhou concretude no caso do Largo da Carioca, já que este se situa neste contexto? Ou se as formas presentes no Largo denunciam os

processos que as engendraram? (processos múltiplos e em múltiplas escalas que denotam a complexidade na interpretação dos fatos geográficos).

Construir esta interpretação do Largo da Carioca significa, portanto, considerar o processo de urbanização brasileira, que significou (para Santos e para Andrade) a passagem de uma configuração espacial do tipo arquipélago, formado por subespaços desarticulados entre si, com dinâmicas próprias, mas articulados com o exterior, para uma configuração em que o território nacional é integrado num mercado único, polarizado pelo eixo Rio-São Paulo.

Em que pese toda sofisticação técnica e científica incorporada ao território e toda difusão da modernização, ainda que de forma pontual, para todas as regiões brasileiras, há uma concentração das funções de comando nas metrópoles de São Paulo e Rio de Janeiro. Estas são, como afirma Dias (2001), os nós principais da rede urbana brasileira e os principais nós do capitalismo global presente no território nacional. Remeto-me aqui, então, ao texto de Sposito, no qual a autora argumenta que entender o centro de uma cidade (o que parece ser o caso do Largo da Carioca) é percebê-lo no conjunto de relações regionais e mundiais, que a cidade estabelece a partir de seu centro.

Na imagem de 1999 do Largo, o que aparece, a meu ver, é um conjunto de edifícios (que desde o surgimento do elevador se tornaram figuras marcantes nas paisagens urbanas, como argumenta Rodrigues, e formas privilegiadas de “criação do solo” na cidade capitalista – Sposito), que devem abrigar bancos, sedes de empresas, comércios e serviços. Certamente, não devem ser “instituições” locais, ou de pequena expressão financeira, as quais esbarram nos altos preços do solo praticados em áreas deste tipo, mas nacionais e internacionais, grandes empresas, que têm uma ampla rede de atuação, indicando, assim, a escala de relações deste “lugar” nas redes que o articulam. Estas “instituições” vindas de fora colocam o “lugar” numa ordem global de reprodução e circulação do capital, ao mesmo tempo em que plantam a “desordem” no plano local.

Para Carlos, tratam-se de transformações no espaço vivido das pessoas que habitam a cidade e, conseqüentemente, significam transformações nas antigas referências identitárias baseadas no lugar; numa palavra: desenraizam. As pessoas vêem suas referências espaciais serem alteradas por forças sobre as quais não têm nenhum controle, e já não mais se reconhecem nestes novos espaços.

Acredito que cada espaço/lugar/paisagem permite determinadas relações sociais e sócio-espaciais. Por isso, mudanças no espaço alteram as relações das pessoas com ele e as relações de sociabilidade que ele comporta.

Neste sentido, é possível dizer que se em 1723 e 1824, o Largo da Carioca era local de encontro, de trocas comerciais, de permanências e vivências, como parece ser pela organização do espaço neste período, em 1910 e 1950, sua estrutura de ruas e a presença de automóveis denunciam uma mudança no espaço e no uso (apropriação?) deste espaço, que deixa de ser local de permanência, trocas, encontros (lugar?), para se tornar local de passagem, de trânsito rápido (não-lugar?). Em 1999, uma nova mudança impõe novos usos: o local continua a ser de passagem, mas agora de pedestres, de multidões que se movimentam no tempo do “horário comercial”.

Numa visão mais pragmática e menos romântica, é possível chamar a atenção para a necessidade de ultrapassar a lamentação sobre a extinção de formas de sociabilidade e de vivências da cidade do passado, tomada como “puras” e mais “autênticas”, como se estivéssemos em busca de um espaço e um tempo perdidos, e caminhar no sentido de reconhecer o que há de novo – o que não significa louvar a novidade. É preciso reconhecer que, mesmo nos “espaços alisados”, para usar uma expressão de Guattari, há irrupção de formas de apropriação, há a emergência de “territórios existenciais” (idem). Ou como argumenta Sawaia, a sociabilidade não se perde, mas se transforma. Entender as novas formas de sociabilidade, nestes espaços também transformados é, certamente, um grande desafio à Geografia e às Ciências Sociais em geral.

Segundo McDowell, uma das preocupações centrais da Geografia Cultural contemporânea é desvendar as relações que se estabelecem entre identidade e lugar em tempos de globalização. Penso que a discussão apresentada aqui deve ser lida como um esforço de contribuir com este desvendamento, ainda que as várias interrogações ao longo do texto indiquem o quão nebulosa ainda é a questão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, M. de A. Sobre a memória das cidades. **Território**, ano III, n. 4, p. 5 – 26, jan./jun. de 1998.
- ANDRADE, M. C. de. Formação territorial do Brasil. In: BECKER, B. K. et al (org.). **Geografia e meio ambiente no Brasil**. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec/UGI, 1995.
- CARLOS, A. F. A. A natureza do espaço fragmentado. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. de; SILVEIRA, M. L. (org.). **Território globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 191-7. Colóquio de orientação nos idos do ano de 1999.
- DIAS, L. C. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (org.). **Geografia: conceitos e temas**. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2001. p. 141 – 162.
- GUATTARI, F. Espaço e poder: a criação de territórios na cidade. **Espaço e Debates**, n. 16, p. 109 – 20, 1985.
- HARVEY, D. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 11ª. ed. São Paulo: Loyola, 2002.
- MCDOWELL, L. A transformação da geografia cultural. In: GERGORY, D.; MARTIN, R.; SMITH, G. (org.). **Geografia humana: sociedade, espaço e ciência social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996. p. 159 – 188
- RODRIGUES, A. M. Produção do espaço e ambiente urbano. In: SPOSITO, M. E. B. (org.) **Urbanização e cidades: perspectivas geográficas**. Presidente Prudente: [s. n.], 2001.
- SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec 1993.

- _____. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. São Paulo: Hucitec, 1988.
- SAWAIA, B. B. O calor do lugar: segregação social e identidade. **São Paulo em Perspectiva**, v. 9, n. 2, p. 20 – 24, 1995.
- SPOSITO, M. E. B. A análise urbana na obra de Milton Santos. **Caderno Prudentino de Geografia**, n. 21, p. 25 – 42, julho de 1999.
- _____. A gestão do território e as diferentes escalas da centralidade urbana. **Território**, ano III, n. 4, p. 27 – 37, jan./jun. 1998.